



Aprovada licença-maternidade de 6 meses para mães militares



Waldemir Barreto/Agência Senado

Na presidência da sessão, Jorge Viana (C) disse que a decisão do Senado vai ao encontro dos interesses das mulheres

Direito já assegurado às servidoras públicas civis será estendido às Forças Armadas. Proposta também estabelece licença-paternidade e licença para adotantes e seguirá para sanção da presidente Dilma Rousseff

Atualmente as militares têm direito a quatro meses de licença. Com a aprovação da proposta de iniciativa da Presidência da República, o período poderá ser prorrogado por mais 60 dias. O prazo começará a contar no dia do parto ou no nono mês de gravidez,

se for interesse da gestante. Se o bebê for prematuro, a licença inicia no dia do nascimento. No caso das adotantes, o projeto garante afastamento remunerado por 90 dias à militar que adotar bebê com até 1 ano de idade e por 30 dias quando se tratar de criança com mais de 1 ano. **3**

Senado recebe requerimento para criar a CPI do HSBC

Randolfe Rodrigues anunciou ontem que protocolou pedido de criação da CPI do HSBC. Ele conseguiu reunir 33 assinaturas, 6 a mais que o necessário. O objetivo da CPI, segundo o senador, será “desmantelar pela raiz” o que o jornal britânico *Financial Times* classifica como o maior caso de evasão fiscal do mundo.

Segundo o especialista em informática do HSBC Hervé Falciani, fonte do escândalo, 8.667 brasileiros são responsáveis por 6.606 contas na instituição financeira que movimentaram cerca de US\$ 7 bilhões entre 2006 e 2007. Grande parte desse valor, segundo Falciani, pode ter sido ocultado do fisco brasileiro. **7**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Sessão solene do Congresso Nacional promulgou a mudança na Carta Magna

Tecnologia e inovação têm incentivo na Constituição

Para impulsionar a pesquisa e a criação de soluções tecnológicas, a Constituição agora prevê recursos para instituições de educação profissional públicas e privadas. O texto foi promulgado ontem pelo Congresso. **4**

Para ministro, ajuste fiscal do governo está na medida certa

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, defendeu ontem no Senado as medidas provisórias que alteram regras para obtenção de benefícios trabalhistas e previdenciários. No entanto, senadores da oposição e da própria base governista querem fazer ajustes nas duas MPs. **5**



Jonas Pereira/Agência Senado

Ministro Nelson Barbosa conversa com o presidente do Senado, Renan Calheiros

Gestão de lixo terá incentivo para campanhas educativas **3**

Bancada feminina quer 30% das vagas do Legislativo **8**

Projeto prevê fim das Mesas do Senado e da Câmara **8**

Cotas no ensino podem valer para pessoa com deficiência **7**

Pesquisa FGV comprova
Senado é 100% transparente

SENADO FEDERAL



Conforme a pesquisa Estado Brasileiro e Transparência, da Fundação Getúlio Vargas, o Senado atendeu a 100% dos pedidos de informação no mais abrangente estudo feito sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

Senadores aprovaram o desarmamento de duas propostas: a extensão do seguro aos pequenos agricultores vítimas de calamidades e a inclusão dos alunos de cooperativas educacionais no programa

Seguro-desemprego e ProUni voltam à pauta

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o desarmamento de duas propostas da área social. O PLS 577/2007, que concede seguro-desemprego a pequenos produtores vítimas de calamidades, e o PLS 250/2009, que permite a inclusão de estudantes de cooperativas educacionais no Programa Universidade para Todos (ProUni). Os projetos haviam sido arquivados no fim do ano passado por decurso de prazo.

De Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), o projeto de 2007 garante a pequenos produtores rurais o direito de

receber seguro-desemprego em caso de estiagem, geadas ou enchente. Parceiros, meeiros e arrendatários rurais também seriam contemplados.

O pagamento seria no valor de um salário mínimo e estaria garantido por um período máximo de cinco meses. Seria preciso comprovar inscrição na Previdência Social, o não recebimento de outro benefício previdenciário e o exercício de atividade rural no ano anterior.

Já o projeto de 2009 é da então senadora Marisa Serrano e assegura bolsas de estudo do ProUni para estudantes que te-

nham cursado o ensino médio em cooperativas educacionais. Alunos de escolas filantrópicas e de instituições conveniadas com o poder público também seriam beneficiados.

O PLS 577/2007 já foi aprovado pela Comissão de Agricultura (CRA) e ainda precisa passar pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS). O PLS 250/2009 tem a aprovação da Comissão de Educação (CE) e já pode ser votado diretamente pelo Plenário.

O requerimento para resgatar os projetos foi iniciativa da senadora Ana Amélia (PP-RS).



Passageiros temem pela segurança e pela formação de um mercado ilegal

Internautas discordam de proposta de transferência de bilhete aéreo

Em enquete realizada entre 2 e 17 de fevereiro pelo DataSenado, em parceria com a Agência Senado, internautas opinaram sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) 394/2014, de autoria de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que permite a transferência de bilhete aéreo entre passageiros. A maioria (88%) mostrou-se desfavorável ao projeto. No total, 420 internautas contribuíram.

Atualmente, a legislação não permite a transferência entre pessoas físicas pelos riscos à segurança pública e de formação de mercado secundário.

De acordo com Ferraço, a transferência de bilhetes aéreos já existe na prática, embora apenas em benefício das companhias aéreas e não entre passageiros.

Nos casos de atraso, por exemplo, o passageiro pode endossar o bilhete para outra companhia aérea ou exigir a devolução do valor pago pela passagem. Isso acontece também nos voos compartilhados, em que companhias que não executam algumas rotas fazem parcerias para a oferta do trecho.

Osmar da Silva Laranjeiras, de Campinas (SP), em mensagem na página do DataSenado, declarou-se contra a proposta.

“A razão de ser contra é a possibilidade de fortalecer a criminalidade, favorecer os fugitivos e procurados pela Justiça”, opinou.

O DataSenado reforça que a enquete não representa a opinião de toda a população brasileira, mas sim dos participantes.



Lavoura no Vale do Punaú (RN): projeto garante seguro-desemprego a produtor atingido por enchente, geadas ou estiagem

Senadores pedem auditorias e informações ao TCU

O Plenário do Senado aprovou na quarta-feira três requerimentos ao Tribunal de Contas da União (TCU): dois pedidos de auditoria e uma solicitação de informações.

O primeiro (RQS 17/2015), de Reguffe (PDT-DF), solicita a realização de auditoria nos repasses feitos pelo governo federal para o Fundo Constitucional do Distrito Federal no período de 2011 até 2014. O senador quer saber se os recursos desse fundo foram aplicados como manda a legislação.

Dívida interna

O RQS 35/2015, apresentado por Ronaldo Caiado (DEM-GO), pede a realização de uma auditoria para apurar as causas e as consequências do aumento da dívida interna brasileira no período entre 2011 e 2014.

De acordo com o senador, a dívida interna cresceu “inacreditáveis 8,15% em 2014,

atingindo cerca de R\$ 2,29 trilhões”. Segundo ele, a dívida pública praticamente duplicou nos últimos dez anos.

“O governo atual gasta muito e gasta mal, sem falar nos bilhões de recursos desviados pela corrupção, prática que fez com que o atual governo entrasse para a história como um dos mais corruptos da humanidade”, acrescenta Caiado.

Para o senador, uma auditoria do TCU pode subsidiar o Congresso com informações importantes para a adoção de medidas que impeçam “a falência do Brasil nas mãos da gestão temerária do atual governo”.

Acordo de leniência

Já o RQS 52/2015, de João Capiberibe (PSB-AP), requer ao TCU informações sobre a Instrução Normativa 74/2015, que disciplina a atuação do tribunal nos processos de celebração dos chamados

acordos de leniência. O senador explica que esses acordos são “uma espécie de delação premiada de empresas envolvidas em irregularidades em seus contratos com a administração pública”.

Na avaliação de Capiberibe, a instrução normativa precisa ser impugnada por criar uma nova atribuição para o TCU que não está prevista na Lei Orgânica do tribunal.

“É o Congresso Nacional — e não o seu órgão auxiliar — quem dispõe do poder de legislar e adicionar competências ao TCU. Competência de tamanha envergadura — que pode dar ao TCU o poder de validar acordos, por exemplo, das empresas investigadas na Operação Lava-Jato por crimes como corrupção e formação de quadrilha — não devem e não podem ser decididas internamente por aquela Casa, o que configura explícita violação da Constituição”, argumenta o senador.



Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) promoveu ontem o encontro Roda de Conversa, em que recebeu acadêmicos, economistas e profissionais de outros setores para debater a crise no país. Também participaram João Capiberibe (PSB-AP) e Elmano Férrer (PTB-PI).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pronunciamentos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a discursos dos senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Projeto aprovado ontem estabelece o direito nas Forças Armadas, equiparando as militares às servidoras públicas civis. Também prevê a licença-paternidade e a licença para adotantes

Licença-maternidade de 6 meses para militares

AS MULHERES QUE integram as Forças Armadas terão em breve, assegurado em lei, o direito de usufruir de licença-maternidade de seis meses, como já ocorre com as servidoras públicas civis. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem pelo Senado e segue para sanção presidencial.

Além da licença-maternidade, a proposta (PLC 22/2013), da Presidência da República, estabelece o direito à licença-paternidade e à licença para adotantes no âmbito das Forças Armadas.

O senador Jorge Viana (PT-AC) disse que ele e o presidente do Senado, Renan Calheiros, foram sensibilizados pelo projeto.

— Entendemos que esta é uma matéria que faz com que a deliberação do Senado se reencontre com os interesses da sociedade, especialmente o das mulheres — afirmou.

De acordo com o texto aprovado, a militar terá direito a

licença-maternidade de 120 dias, prorrogáveis por mais 60, conforme previsto na Lei 11.770/2008.

O período começará a ser contado no dia do parto ou no nono mês de gravidez, se for de interesse da gestante. Se o bebê for prematuro, o prazo contará a partir do nascimento.

Em caso de aborto, a militar terá direito a 30 dias de licença para tratamento de saúde. Além disso, terá o direito de mudar de função quando as condições de saúde exigirem, retornando após o término da licença.

No caso das adotantes, o projeto garante licença remunerada por 90 dias à militar que adotar criança com até um ano de idade e por 30 dias quando se tratar de criança com mais de um ano. Já o militar que for pai, ou adotar uma criança, terá direito a licença de cinco dias seguidos.

O projeto fixa ainda que, durante o período de ama-



Atualmente, as militares têm direito a quatro meses de licença, enquanto as servidoras civis já usufruem dos seis meses

mentação, até que o filho complete seis meses de idade, a militar terá direito, durante a jornada de trabalho, a uma hora de descanso, que poderá ser parcelada em dois períodos de meia hora.

A aprovação do projeto foi apoiada por diversos senadores em Plenário, entre eles José Pimentel (PT-CE), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Jorge Viana lembrou que, atualmente, as militares só têm direito a quatro meses de licença, enquanto as servidoras civis usufruem dos seis meses.

José Pimentel classificou a aprovação da proposta como uma “correção nos direitos das mulheres das Forças Armadas”.

Para os dois senadores, é essencial que o país garanta às mães militares os mesmos direitos das civis.

Randolfe acrescentou que

já está comprovado cientificamente que apenas quatro meses de licença são insuficientes para um adequado cuidado do bebê.

Lúcia Vânia disse que proteger a maternidade significa respeitar os direitos humanos e os direitos de família.

Gleisi comemorou o fato de “a grande conquista da licença-maternidade” de seis meses estar sendo estendida às mulheres militares.

Projeto incentiva campanhas sobre gestão do lixo

O Plenário aprovou ontem projeto que inclui a realização de campanhas educativas sobre limpeza urbana e manejo de lixo entre os itens obrigatórios dos planos estaduais e municipais de resíduos sólidos.

Pelo projeto (PLC 114/2013), os estados poderão ter acesso a recursos da União destinados a serviços e campanhas educativas desde que elaborem o plano estadual de resíduos sólidos, previstos na Lei 12.305/2010, que trata do tema.

— Isso já explica a relevância desse projeto, que visa à divulgação de cuidados com o meio ambiente para melhorar a qualidade de vida dos

brasileiros — ressaltou Luiz Henrique (PMDB-SC), relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Os municípios que fizerem as campanhas educativas terão prioridade no acesso aos recursos da União destinados à política. Nas microrregiões estaduais, as campanhas deverão integrar os planos de gestão.

Na justificativa do projeto, o autor, ex-deputado Onofre Santo Agostini (PSD-SC), argumenta que muitas pessoas desconhecem o adequado manejo a ser dado a resíduos sólidos gerados, sobretudo, nas áreas urbanas, daí a importância de incorporar

campanhas educativas às previsões da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Em março de 2010, após quase 20 anos de discussão no Congresso, a Câmara aprovou, em votação simbólica, um substitutivo ao projeto de lei que instituiu a política. Sancionada em agosto daquele ano, a lei impõe obrigações aos empresários, aos governos e aos cidadãos no gerenciamento dos resíduos — o que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado — e na destinação ambientalmente adequada dos rejeitos — aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado.

Rejeitado limite de peso em mochilas escolares

O Plenário do Senado rejeitou ontem projeto que limitava o peso das mochilas escolares de estudantes dos ensinos fundamental e médio (PLC 66/2012). O texto votado foi um substitutivo da relatora, Ângela Portela (PT-RR). A matéria será arquivada.

Pelo texto, do deputado Sandes Júnior (PP-GO), um aluno não poderia carregar na mochila material que pesasse mais do que 15% de seu peso corporal. Previa também que o peso corporal fosse declarado à escola pelos pais ou responsáveis, no caso da educação infantil e do ensino fundamental, ou pelos próprios estudantes, no caso do ensino médio.

Aloysio Nunes (PSDB-SP)



Pelo texto, mochila não poderia pesar mais que 15% do peso corporal do aluno

manifestou-se contra o projeto. Ele argumentou que a medida não teria efeitos práticos.

— É como se pudéssemos, por decisões do Congresso, moldar relações que escapam à disciplina legal. Não há sanção [para o descumprimento], então o projeto é inócuo.

O projeto já havia sido criticado na Comissão de Educação (CE). Humberto Costa (PT-PE) questionou a autodeclaração de peso pelos estudantes e o fato de a proposta não especificar responsabilidades para o caso de descumprimento da norma.

Senador quer arquivar proposta sobre titulação de professor

Projeto que exige que professores de instituições públicas de ensino superior tenham, no mínimo, diploma de mestrado ou doutorado para tomar posse nos cargos voltará a ser examinado pela Comissão de Educação (CE).

Requerimento nesse sentido, apresentado pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado.

Aloysio é também autor do projeto (PLS 123/2013) e, na CE, vai pedir o arquivamento, porque a legislação do país já foi adequada à proposta.

Na época em que apresentou o projeto, Aloysio queria recuperar uma orientação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e alterar a Lei 12.772/2012, que trata do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal.

As regras para ingresso na carreira de professor universitário em instituições públicas não previam, originalmente, a exigência da pós-graduação. Depois da apresentação do projeto, no entanto, o governo alterou a norma, deixando clara a exigência de doutorado.

Universidade Federal do ABC agora é fundação pública

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que reconhece a Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC) como fundação pública dotada de personalidade jurídica de direito público. O PLC 35/2013, aprovado como foi recebido da Câmara, também determina a dispensa da inscrição dos estatutos em cartório de registro civil, retificando, assim, a sua constituição jurídica. A matéria vai a sanção.

O projeto, do Executivo, altera a lei que criou a universidade (Lei 11.145/2005) para reconhecê-la como de natureza idêntica à das demais universidades federais.

Os deputados acrescentaram artigo ao projeto para estender a atuação da fundação a outras localidades de interesse institucional.

O líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), lembrou que uma das metas do Plano Nacional de Educação é que no mínimo 40% da população brasileira de 18 a 29 anos esteja cursando ou tenha a graduação completa. O cumprimento da meta será possível, segundo ele, com a ampliação da oferta de ensino superior gratuito e de qualidade por meio de mais universidades federais no interior do país.

Promulgado ontem, texto altera a Carta para que pesquisa em invenções tenha mais apoio. Além de universidades, instituições de educação profissional poderão receber recursos

Constituição agora estimula inovação científica

O CONGRESSO PROMULGOU ontem a Emenda Constitucional (EC) 85, que estimula o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação. Um dos principais objetivos é impulsionar a pesquisa nacional e a criação de soluções tecnológicas que aperfeiçoem a atuação do setor produtivo.

A emenda altera dispositivos constitucionais para melhorar a articulação entre o Estado e as instituições de pesquisa públicas e privadas. Também amplia o leque das entidades que podem receber apoio do governo para pesquisas.

O texto constitucional agora passa a incorporar o termo “inovação”, e não apenas “ciência e tecnologia”, ao se referir aos objetivos de desenvolvimento e às atividades que devem ser estimuladas pelo setor público. Essa é a palavra hoje consagrada para se falar de “ideias e invenções” destinadas ao mercado no atendimento de necessidades imediatas das pessoas.

Apoio reforçado

A legislação foi, portanto, atualizada para que a pesquisa em inovação possa desfrutar de recursos e outras formas de apoio, sobre o que hoje não há clareza institucional. Mas continua de pé a posição prioritária em favor da pesquisa de base, voltada ao conhecimento puro.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, que presidiu a sessão, observou que essa e

outras atualizações feitas pela emenda permitirão que o Brasil dê uma arrancada nos conhecimentos científicos, setor que considera muito carente. A seu ver, a área necessita de mais investimentos para que o país possa se igualar ao desenvolvimento e ao avanço tecnológico de muitos outros de igual potencialidade.

— São ajustes importantes na Constituição para que não sejamos mais tão somente o país do futuro, mas uma nação que busca, no presente, resolução para os problemas da população.

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, que participou da solenidade, afirmou que, ao inovar conceitos e normas, a emenda amplia “os horizontes e os compromissos” do Estado com os desafios relacionados à ciência, tecnologia e inovação. Para ele, nesse campo estão ancorados os anseios do país.

— Ciência, tecnologia e inovação estão necessariamente associadas à construção de um país próspero, de uma sociedade socialmente equilibrada e de uma democracia profunda, verdadeira e digna do nome.

O primeiro-vice-presidente da Câmara, Waldir Maranhão (PP-MA) também compôs a mesa e disse esperar que a emenda ajude a popularizar a ciência.

A emenda é originária da PEC 290/2013, da deputada Margarida Salomão (PT-MG), que participou da sessão.



Renan e Aldo concordam com importância da emenda para o desenvolvimento tecnológico e a prosperidade do país

Setores público e privado devem cooperar com pesquisas

A ampliação das entidades que poderão receber apoio financeiro do poder público é uma das inovações festejadas. Atualmente, apenas as atividades universitárias de pesquisa e extensão podem receber esse apoio. Com a emenda, além das universidades, poderão ser apoiadas as instituições de educação profissional e tecnológica.

A Emenda 85 também estabelece, como nova função do Estado, o estímulo à articulação entre os entes do setor, tanto públicos quanto privados, na execução das atividades de pesquisa, capacitação científica e tecnológica e inovação. O Estado promoverá a atuação no exterior dessas instituições.

Para melhorar o intercâmbio de conhecimentos, o texto per-

mite a cooperação das esferas de governo (União, estados, Distrito Federal e municípios) com órgãos e entidades públicas e privadas.

Com o objetivo de tornar mais factível o alcance das metas científicas estabelecidas, a emenda concede maior liberdade na administração dos recursos destinados a pesquisas, ao permitir o remanejamento ou a transferência de uma categoria de programação para outra sem a necessidade da autorização legislativa prévia.

A PEC que originou a Emenda 85 surgiu dos debates sobre o PL 2.177/2011, o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em exame na Câmara. Os parlamentares perceberam que seriam necessárias atualizações na

Constituição para amparar melhor as mudanças previstas no projeto, que ainda está sendo examinado na Câmara, aguardando votação em Plenário antes de vir ao Senado.

A PEC, aprovada na Câmara em abril e confirmada em dezembro no Senado, resultou de entendimentos e consultas à comunidade científica e aos órgãos públicos que estimulam a pesquisa.

A solenidade contou com a participação de representantes dos dois segmentos, tendo sido convidados para compor a mesa a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, e o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Hernan Chaimovich.



Mais que ajuste fiscal, Brasil precisa reagir, diz Jucá

O ajuste fiscal, embora importante, não será suficiente para melhorar o cenário econômico do país, previu ontem o senador Romero Jucá (PMDB-RR). Para ele, a responsabilidade nos gastos públicos é obrigação de qualquer governo, mas o problema é que o Planalto não consegue dar sinais de “animação econômica e social”.

— Não podemos começar um governo só sinalizando e falando de cortes, não podemos ter um ano de depressão. Nós temos que ter um ano de correção de rumos na economia, de reconhecimento dos erros, mas nós temos que ter um ano proativo.



Pimentel comemora criação do Programa Bem Mais Simples

O senador José Pimentel (PT-CE) elogiou o governo pela edição do decreto que regulamenta o Programa Bem Mais Simples, destinado a facilitar a criação de pequenas empresas. Segundo Pimentel, o programa aprofundará as conquistas do Simples Nacional para melhorar a vida dos empreendedores, reduzindo de 120 para 5 dias o prazo para criação de uma nova empresa.

Pimentel destacou a redução das exigências de documentos, tanto para a abertura quanto para o fechamento da pessoa jurídica, e manifestou sua confiança no papel das pequenas empresas para a recuperação econômica do país.



Wellington elogia menor burocracia para as empresas

Wellington Fagundes (PR-MT) também elogiou o Programa Bem Mais Simples e o sistema nacional de baixa integrada de empresas, lançados pela presidente Dilma Rousseff para diminuir a burocracia na abertura e no fechamento de pequenas e médias empresas.

O senador lembrou que, nessa área, a burocracia no país era tão grande que desestimulava a abertura de negócios. Como exemplo, disse que, para abrir uma empresa no Brasil, são necessários 20 documentos e 102 dias, enquanto em Portugal são exigidos apenas 3 documentos e o processo demora somente 2 dias e meio.



Soldados da borracha começam a receber pensões

Os soldados da borracha e seus descendentes receberão, a partir de segunda-feira, as pensões e indenizações aprovadas pelo Congresso no ano passado, informou o senador Jorge Viana (PT-AC). Os soldados trabalharam na extração de látex na Amazônia, durante esforço da 2ª Guerra Mundial, após acordo firmado entre Brasil e Estados Unidos.

Mais de 50 mil homens, sob condições precárias, embrenharam-se na floresta para retirar a matéria-prima para a confecção de equipamentos usados no conflito mundial. A eles foi prometido o mesmo reconhecimento dado aos militares que lutaram na Itália.



Paim pede fim da paralisação dos caminhoneiros

Paulo Paim (PT-RS) pediu que os caminhoneiros suspendam a paralisação que estão fazendo por todo o país até que seja fechado um acordo com o governo. Já houve consenso sobre a sanção, sem vetos, do Estatuto do Caminhoneiro, a carência de 12 meses para financiamento de caminhões e a isenção do pedágio para eixos suspensos.

O senador lembrou que os caminhoneiros querem que o valor do frete seja reajustado se o preço do diesel sofrer um grande aumento após seis meses sem reajuste. Para ele, a reivindicação é justa, mas observou, porém, que quem paga essa despesa é a sociedade.

Nelson Barbosa, do Planejamento, disse que as propostas do governo não têm excessos e são necessárias para equilibrar as contas e corrigir distorções em políticas sociais

Ministro defende medidas do ajuste fiscal

O MINISTRO DO Planejamento, Nelson Barbosa, defendeu ontem, em visita ao presidente do Senado, Renan Calheiros, as duas medidas provisórias (MPs) enviadas ao Congresso com ações de ajuste fiscal.

As MPs 664/2014 e 665/2014 alteram as regras para obtenção de benefícios previdenciários e trabalhistas, respectivamente.

— Obviamente que as pessoas fazem sugestões, mas a gente está aqui para defender as nossas propostas. A gente acha que não tem nenhum excesso, está na medida certa, na medida necessária para corrigir as distorções e promover um aperfeiçoamento das políticas sociais e ajudar neste momento em que há uma necessidade fiscal maior — disse em entrevista após o encontro com Renan.

Barbosa contou que, tão logo sejam instaladas as comissões mistas, formadas



Barbosa concede entrevista, após encontro com Renan Calheiros: "Medidas são parte de uma estratégia bem distribuída"

por senadores e deputados, para análise das medidas provisórias, representantes do governo virão ao Congresso para as discussões técnicas. A previsão é de que os colegiados comecem a trabalhar na semana que vem.

— Essas medidas provisórias são parte de uma estratégia de ajuste fiscal gradual e bem

distribuída. Não tem uma medida só. Temos medidas tanto do lado da receita quanto do lado da despesa, mais do lado da despesa do que da receita. Algumas delas sobre empresas, algumas com aperfeiçoamento dos programas sociais e a maior parte nos gastos discricionários da União — disse.

Entre as ações já anunciadas pelo Executivo, Barbosa citou o corte de 36% dos gastos discricionários — despesas não obrigatórias que o governo pode ou não executar. Também lembrou o ajuste de impostos como IOF e Cide e a reprogramação orçamentária, com reavaliação dos restos a pagar.

A visita do ministro se deu um dia depois de Renan cobrar do governo cortes na máquina pública para contribuir com o equilíbrio das contas. Barbosa explicou que agora, após a definição dos líderes partidários e das direções da Câmara e do Senado, o governo pode esclarecer o conjunto de medidas.

O líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), disse que deve ser promovido um ciclo de audiências públicas sobre as duas MPs.

— Tenho a compreensão de que todas as matérias moralizadoras que estão nas duas MPs, que têm como objetivo combater fraudes, combater desvios, deveremos aprovar com a ampla maioria de votos.

Quanto à redução de benefícios, Pimentel afirmou que é preciso "construir saídas para que, ao término desse debate nas comissões mistas, possamos aprovar as duas medidas".

MPs fazem alteração em regras trabalhistas e previdenciárias

O governo pode ter de negociar mudanças nas duas medidas provisórias para aprová-las no Senado. As MPs encontram resistência entre senadores.

O líder do PT na Casa, Humberto Costa (PE), disse, no entanto, estar otimista quanto

à possibilidade de encontrar um consenso para que os dois textos sejam aprovados com a pressa de que o governo precisa.

A MP 664/2014 estabeleceu novas regras para a concessão de pensão por morte, entre elas um prazo de carência de

24 meses de contribuição para a concessão do benefício.

A 665/2014 mudou o seguro-desemprego. Antes, o trabalhador tinha direito ao benefício após 6 meses de trabalho. Agora, a primeira solicitação só pode ser feita após 18 meses.

Essa medida também altera a concessão do abono salarial. Antes, quem trabalhava um mês durante o ano e recebia até dois salários mínimos tinha direito a um salário mínimo como abono.

Pelas novas regras, são exigidos seis meses de trabalho

ininterruptos, e o pagamento passa a ser proporcional ao tempo trabalhado.

As MPs, que podem trazer uma economia estimada pelo governo em R\$ 18 bilhões ao ano, devem começar a ser analisadas por comissões mistas na próxima semana.

Senadores querem mudar as propostas

Na manhã de terça-feira, líderes partidários do Senado reuniram-se com ministros em um café da manhã no Palácio do Planalto. Os senadores governistas declararam a intenção de fazer alterações no texto das MPs.

— Ficou claro que nós poderemos, mediante uma negociação, chegarmos até a um texto de consenso. Eu acredito que é possível fazer uma pequena mudança no que diz respeito às pensões por morte, à questão do seguro-desemprego, e talvez até mesmo em relação ao abono salarial — disse o líder do PT, Humberto Costa (PE).

Para Paulo Paim (PT-RS), o consenso é possível, mas as mudanças são inevitáveis.

— Quando o governo editou as MPs, sabia que teria de negociar essas regras. Mas vamos buscar o meio-termo, até porque, do jeito que estão, as propostas não podem ser aprovadas — argumentou o senador.

Paim apresentou 47 emendas à MP 664, entre elas a que propõe o fim do fator previdenciário, antiga luta de seu mandato.

O líder do PSB, João Capiberibe (AP), explicou que o partido é contra mudanças que prejudiquem trabalhadores.

— Estamos sugerindo outros meios, como taxar as grandes fortunas ou renegociar a dívida pública, que consome 42% do Orçamento. Existem outras maneiras, mas o governo só consegue enxergar a possibilidade de reduzir os ganhos sociais dos trabalhadores e com isso não vamos concordar de maneira nenhuma.

José Agripino (DEM-RN) disse que seu partido é contra um ajuste fiscal com aumento de impostos ou redução de benefícios.

— Se for um ajuste sem criação de imposto novo e sem penalização aos mais humildes, se discute tudo.

Para Renan, população não deve pagar a conta sozinha

Depois de encontro com o vice-presidente da República, Michel Temer, no início da semana, senadores do PMDB também buscam mudanças nas MPs.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, admitiu a necessidade do ajuste, mas ressaltou que a conta não deve ser paga apenas pela população.

— Não dá para transferir só para a população mais pobre pagar. Vamos buscar soluções para que o trabalhador não pague a conta do ajuste fiscal. Cortar despesas não é cortar

direitos do trabalhador. O Senado Federal, por exemplo, fez a sua parte. Mas temos quase 40 ministérios e um enorme número de cargos de confiança no Executivo — afirmou.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) cobrou a proteção dos trabalhadores e medidas que destravem a economia.

— O Congresso tem que ser proeminente nesse papel, não só no crescimento econômico e na mudança da legislação brasileira para melhorar a questão econômica, mas também na defesa da sociedade, dos trabalhadores.

Luiz Henrique pede compulsória aos 75 anos Lira reafirma prioridade para obras na PB

Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu a aprovação da proposta de emenda à Constituição que estende para 75 anos a aposentadoria compulsória de servidores públicos. A PEC é de autoria do ex-senador Pedro Simon.



doria compulsória hoje ser aos 70 anos, enquanto, em 1934, quando a expectativa de vida era de apenas 36 anos, os juízes, por exemplo, se aposentavam compulsoriamente aos 75 anos.

— São proibidos de continuar a servir ao Estado brasileiro servidores da maior competência, que, aos 70 anos, têm plena higidez física e mental e estão no auge da sua experiência — lamentou o senador.

Raimundo Lira (PMDB-PB) afirmou que lutará por obras de infraestrutura na Paraíba. Ele espera que o governo federal prossiga as obras de duplicação da BR-230 no trecho paraibano, além de recu-



perar o Porto de Cabedelo e estender a Ferrovia Transnordestina ao estado.

O senador classificou a transposição do Rio São Francisco como prioridade e pediu a atenção dos parlamentares do Nordeste para a questão hídrica,

alertando para a possibilidade de a estiagem no Sudeste concentrar investimentos em uma região de maior poder político e econômico.

— Portanto, nós, nordestinos, temos que ficar atentos para que a transposição do São Francisco, que não está sendo construída no ritmo desejável, não seja interrompida com desvio de recursos, sejam parciais, sejam totais, para esses estados ricos do país — alertou.

Renan: Lula concorda com maior protagonismo do PMDB na coalizão

Ex-presidente se reúne com peemedebistas para debater formas de ampliar a participação do partido nas decisões do governo

ANFITRIÃO DE CAFÉ da manhã que reuniu o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e lideranças do PMDB, ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que Lula concordou com um maior protagonismo do PMDB nas decisões políticas do governo e até sugeriu que o vice-presidente Michel Temer seja esse interlocutor.

— Lula lembrou que, quando foi presidente, envolvia o vice-presidente José Alencar em todas as decisões e acha que o mesmo deve ocorrer agora. É preciso que o governo envolva o vice-presidente Michel Temer em todas as decisões, porque ninguém melhor que o Michel para interpretar o sentimento do partido como um todo — disse Renan.

Uma maior participação do PMDB na definição das políticas públicas e dos rumos do país é uma reivindicação do partido, lembrou Renan, que tem insistido nesse ponto e ressaltado que o papel da legenda é o de colaborar com o Executivo. Do contrário, a coalizão se torna “capenga”, na avaliação do senador.

— Coalizão capenga não é coalizão, é colisão. Isso não pode continuar a acontecer.

Lula indagou, na reunião, sobre as condições no Senado para a análise de projetos do



Ricardo Stuckert/Instituto Lula

Para Renan, ajuste fiscal proposto pelo governo precisa ser aprofundado

interesse do governo. Ouviu dos peemedebistas presentes que “existem efetivamente algumas dificuldades do ponto de vista político”, que têm criado obstáculos para algumas outras medidas do ponto de vista da economia.

Cortes no Estado

Renan apresentou preocupações com o ajuste fiscal, considerado pelo presidente do Senado como “insuficiente”. Ele defende cortes no setor público e revisões nos contratos.

— Eu acho que ele [Lula] concorda que deva haver um ajuste mais amplo. O PMDB está muito unido na possibilidade de termos um ajuste com começo, meio e fim, para que todos saibam que o ajuste não ficará apenas naquelas medidas que transferem uma parte do problema para parcela mais pobre da população — avaliou.

Segundo Renan, Lula se mostrou otimista com a situação econômica do país e prosseguirá dialogando com setores da sociedade para garantir a retomada do crescimento.

— O presidente não falou especificamente [sobre o ajuste fiscal], mas demonstrou, por exemplo, muitas convergências com todos nós e pediu apoio para que sejam construídas saídas políticas e econômicas. Ele é sempre um otimista e mais uma vez fez uma veemente defesa desse otimismo — disse Renan.

Segundo o presidente do Senado, o papel de Lula é fundamental nesse processo.

— Ele vai conversar com a sociedade. Está fazendo isso. Reuniu o PT ontem [quarta-feira] à noite. Ele fez essa reunião com setores da bancada do PMDB e com outros partidos também. Quer continuar

conversando. E eu entendo, como o país entende, que o papel dele é fundamental, é insubstituível. Dele e dos outros ex-presidentes também — afirmou Renan Calheiros, que esteve acompanhado do ex-presidente José Sarney.

O líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE), avalia que, após o encontro, ganhou força a ideia de união entre o PMDB e PT:

— Eu falei ao Lula: o senhor sempre foi o garantidor dessa relação PMDB-PT dentro do seu governo. Nós somos os garantidores do governo e o senhor é o garantidor dessa relação nossa com o governo.

Para o senador, o Brasil não pode perder o patamar de crescimento que criou em relação ao mundo, inclusive quanto ao “quase pleno emprego”. Para Eunício, teria sido muito mais saudável se o PMDB tivesse sido chamado a discutir as medidas provisórias, que, segundo ele, são “ajustes administrativos, e não um pacote fiscal, mas que foram vendidas como pacote fiscal”.

Participaram também do encontro com Lula os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Edison Lobão (PMDB-MA), Roberto Requião (PMDB-PR). Embora integrante do PR, Blairo Maggi (MT) esteve no café da manhã.

Site do Senado poderá divulgar frequência de senadores às sessões

A frequência dos senadores às sessões deliberativas no Plenário do Senado pode começar a ser publicada na página oficial da Casa na internet. A proposta (PRS 5/2015) é de Reguffe (PDT-DF).

Para o senador, o projeto dá mais transparência ao Senado e permite que a população acompanhe e fiscalize a atuação dos senadores. “É direito do cidadão conhecer plenamente a atuação parlamentar dos senadores e cabe a esta Casa dotar os eleitores de ferramentas de aproximação com os eleitos”, explica ele na justificativa da proposta.

Atualmente, não há divulgação da frequência dos senadores nas sessões deliberativas do Plenário. Para começar a valer, o projeto deve ser aprovado pela Mesa do Senado e depois pelo Plenário.

Elmano reafirma compromisso de defender as cidades

Em seu primeiro discurso no Senado, Elmano Férrer (PTB-PI) disse ter firmado com os piauienses o compromisso de ser o senador das cidades, porque nelas se concentra a maioria dos problemas da população.

Por isso, afirmou, vai lutar para garantir mais qualidade à vida nas cidades, sem descuidar do desenvolvimento das zonas rurais, que são importantes fontes de geração de emprego e renda.

O senador disse que, para a vida dos brasileiros melhorar, é essencial uma melhor distribuição dos impostos (o que pode ser feito por meio de uma revisão do pacto federativo), que garanta a estados e municípios mais recursos para atender as demandas da população.



Waldeir Barreto/Agência Senado

Escolha de presidentes das comissões fica para a próxima semana

O PMDB já escolheu a senadora Rose de Freitas (ES) como presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), mas deve ficar para terça-feira o anúncio dos nomes dos indicados para chefiar as três comissões permanentes que ainda cabem ao maior partido de maior bancada do Senado, com 18 integrantes.

A disputa pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), Assuntos Sociais (CAS) e Serviços de Infraestrutura (CI) estão abertas. Na prática, a escolha

da CCJ, considerada a mais importante da Casa, condiciona as das outras duas comissões.

Os mais cotados para assumir a CCJ são atualmente os senadores Edison Lobão (MA) e José Maranhão (PB), uma vez que o senador Garibaldi Alves Filho (RN) garante que não está na disputa.

— Não estou disputando, não. Eu teria interesse pela CAE [Comissão de Assuntos Econômicos], mas ela já foi designada para o PT — afirmou.

A CAE, aliás, é outra co-

missão cuja presidência está em debate. Não há consenso no PT sobre o nome do novo presidente, que poderá ser a senadora Gleisi Hoffmann (PR) ou o senador Delcídio do Amaral (MS).

— Isso deve ser definido até a semana que vem — previu Delcídio.

No fim da sessão ordinária de ontem, nove partidos oficializaram as indicações para as comissões permanentes do Senado. Os blocos partidários Socialismo e Democracia (PSB,

PCdoB, PPS e PSOL) e União e Força (PR, PTB, PRB e PSC), além do DEM, nomearam seus representantes nas comissões.

Seis partidos ainda devem indicar nomes. Com isso, o trabalho das comissões poderá ser iniciado, sendo o primeiro passo a eleição dos presidentes e vices, feita por acordo entre as lideranças.

A Comissão Senado do Futuro (CSF) será comandada pelo PTB, que não havia recebido a direção de nenhuma outra comissão permanente.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Serviço de Portal de Notícias: Rodrigo Chia

Coordenação de Edição: Sílvio Burle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Randolfe protocola pedido para CPI do HSBC

De acordo com o senador, o escândalo de evasão fiscal é de dimensão mundial e vem sendo sistematicamente ignorado pelos veículos de comunicação no Brasil

O SENADOR RANDOLFE Rodrigues (PSOL-AP) anunciou ontem no Plenário ter protocolado o pedido de criação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) do HSBC. Ele informou ter conseguido 33 assinaturas, 6 a mais que o mínimo necessário para a criação de uma CPI. Pelo requerimento, a comissão terá 11 membros titulares e 6 suplentes. De acordo com Randolfe, o requerimento para a CPI tem interesse suprapartidário e não se dirige a fomentar disputas. A intenção, disse o senador, é “desmantelar pela raiz” um grande esquema criminoso:

— Esse escândalo é de dimensão mundial. De acordo com o *Financial Times*, trata-se do maior caso de evasão fiscal do mundo. É necessário que o Parlamento brasileiro também se manifeste e instaure um procedimento de investigação — afirmou Randolfe.

O líder do PSB, senador João Capiberibe (AP), disse entender como prudente o fato de os senadores assinarem o pedido. Para ele, os escândalos da Petrobras já estão sendo investigados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, motivo pelo qual o partido resolveu esperar a conclusão das investigações.

— A do HSBC não tem processo judicial em curso, não tem investigação em curso,

não tem nada. Eu acho que talvez seja o caso de o Senado pensar numa CPI — ponderou.

José Pimentel (PT-CE), líder do governo no Congresso, informou ter assinado o requerimento. Segundo o senador, o Brasil está em um momento de combater a sonegação e de aumentar a formalização nos vários setores da economia, motivo pelo qual a CPI é importante. Para ele, a legislação do sistema financeiro já é muito avançada, mas pode passar por aperfeiçoamentos.

— É exatamente por isso que eu assinei essa CPI. Além de identificar aqueles que cometeram erros, o que eu quero, principalmente, é construir uma legislação para superar essas falhas — afirmou.

Ocasão favorável

Sobre a habitual polarização entre governo e período eleitoral nas CPIs, Pimentel disse esperar que a investigação não se limite a isso. O período, diz, favorece o trabalho da CPI, já que é início de legislatura e as próximas eleições só serão realizadas no ano que vem.

Conforme noticiado pela imprensa internacional, o banco HSBC, da Suíça, atuou de forma fraudulenta para acobertar recursos de clientes, blindando-os das obrigações fiscais e da comprovação da origem dos recursos — prá-



Randolfe diz que conseguiu 33 assinaturas, 6 a mais que o mínimo necessário

ticas que poderiam indicar atividades criminosas.

O escândalo, conhecido como Swissleaks, tem como fonte original um especialista em informática do HSBC, o franco-italiano Hervé Falciani. Segundo ele, entre os correntistas, estão 8.667 brasileiros,

responsáveis por 6.606 contas que movimentaram, entre 2006 e 2007, cerca de US\$ 7 bilhões, que, em grande parte, podem ter sido ocultados do fisco brasileiro.

Na justificativa do pedido de CPI, Randolfe diz se tratar de “um arrojado esquema de

acobertamento da instituição financeira, operacionalizado na Suíça, que beneficiou mais de 106 mil correntistas”, de mais de 100 nacionalidades. O total de recursos manejados dentro do esquema, segundo Randolfe, pode superar US\$ 100 bilhões, no período de 1998 a 2007.

Para o senador, a lista dos titulares das contas certamente guarda estreita relação com outras redes de escândalos do crime organizado do país e do mundo. Randolfe lamentou que “o escândalo do Suíçalão” venha sendo sistematicamente ignorado pelos grandes veículos de comunicação no Brasil. Segundo ele, essa seletividade denuncia o envolvimento de personagens poderosos, que podem sempre se servir da benevolência de setores da imprensa.

Câmara instala a CPI da Petrobras

A Câmara dos Deputados instalou ontem a CPI da Petrobras, que terá o deputado Hugo Motta (PMDB-PB) como presidente. Ele recebeu 22 votos, contra 4 de Ivan Valente (PSOL-SP) e 1 voto em branco. Motta designou como relator o deputado Luiz Sérgio (RJ), indicado pelo PT.

O prazo de funcionamento da CPI é de 120 dias, podendo ser prorrogado por mais 60.

No Senado, parlamentares de oposição desistiram de reunir assinaturas para viabilizar uma CPI mista (com deputados e senadores) e agora se concentram numa CPI para investigar as operações do BNDES.

A partir de segunda, a CPI da Câmara receberá requerimentos dos deputados, incluindo pedidos de audiência pública e de convocação para

interrogatórios. O relator deve apresentar o plano de trabalho também na próxima semana.

Antes da eleição do presidente da CPI, foi rejeitada questão de ordem do deputado Ivan Valente, que pediu o afastamento dos membros da comissão que receberam doações de campanha de empreiteiras investigadas na Operação Lava-Jato, da Polícia Federal.

Cássio quer estender cotas às pessoas com deficiência

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) apresentou esta semana proposta para facilitar o ingresso de pessoas com deficiência nas universidades públicas e nas escolas federais de ensino técnico de nível médio. Para corrigir o que ele considera uma injustiça, o PLS 46/2015 inclui essas pessoas na lei que garante cotas a negros, índios e pardos.

— Acho que a lei tem um erro de origem. No momento em que se garantiram cotas para negros e índios, já deveriam ter sido garantidas também para portadores de deficiência. Então, meu projeto vem para reparar esse equívoco cometido no passado, para que possamos garantir essa reserva de vaga para todos aqueles que são portadores de necessidades especiais.

Para Cássio, cidadãos com deficiência podem contribuir para o desenvolvimento social se receberem as oportunidades que lhes são devidas.

A proposta altera a Lei 12.711/2012 e estende a proteção da “lógica das cotas” às pessoas com deficiência, além de negros, índios e pardos, já



Projeto pretende facilitar acesso às universidades públicas e escolas técnicas

previstos. A oferta da cota deve observar ainda o benefício aos estudantes que cursaram o ensino regular em instituições públicas, como também prevê a legislação em vigor.

As cotas deverão ser aplicadas respeitando a proporção respectiva de negros, pardos, indígenas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, observando dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O instrumento legal prevê ainda revisão dessa política de cotas dez anos

após sua implementação.

De acordo com o Censo da Educação Superior 2013, divulgado no ano passado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação, as matrículas de portadores de deficiência em cursos de graduação aumentaram quase 50% nos últimos quatro anos, sendo a maioria em cursos presenciais. Em 2013 eram quase 30 mil alunos, enquanto em 2010 eram pouco mais de 19 mil. Com o benefício das cotas, o número deve crescer mais ainda.

Ferraço cobra atenção às famílias de desaparecidos em acidente no ES

A Petrobras e a empresa que administra o navio-plataforma Cidade de São Mateus, a BW Offshore, precisam dar satisfações às famílias dos dois trabalhadores desaparecidos em acidente na Bacia do Espírito Santo, dia 11. É o que exigiu ontem Ricardo Ferraço (PMDB-ES), lembrando que sete mortes já foram confirmadas na ex-



plosão no navio, mas dois corpos ainda não foram encontrados e as famílias estão desesperadas, sem saber o que fazer.

— Quero manifestar minha indignação pela falta de informação, de celeridade efetiva por parte da BW Offshore e da Petrobras. As famílias estão sem o acolhimento e o respeito devidos — disse o senador.

Donizeti questiona rebaixamento da classificação de risco da estatal

Donizeti Nogueira (PT-TO) afirmou que a crise que envolve a Petrobras não está relacionada às denúncias de irregularidades, mas ao cenário internacional do setor petrolífero. Por isso, o anúncio da Agência Moody's de rebaixar a classificação de risco da estatal, amparada em denúncias, esconderia, na verdade, outros interesses.



Para o senador, o rebaixamento desvaloriza a empresa e dá fôlego a ideias de mudança no papel da Petrobras na sociedade brasileira.

Ele citou dados de companhias de petróleo de outros países para comprovar que a redução dos investimentos, as quedas no lucro e a desvalorização das ações não são exclusividade da Petrobras.

Mulheres querem cota de vagas e de recursos

Senadoras e deputadas federais decidem iniciar mobilização nacional para que, com a reforma política, a participação feminina seja assegurada e até mesmo ampliada

AS BANCADAS FEMININAS no Senado e na Câmara dos Deputados decidiram, em reunião ontem, realizar uma grande mobilização em todo o país para que a reforma política não prejudique a participação das mulheres no Parlamento. Senadoras e deputadas pretendem apresentar propostas de emenda à Constituição idênticas nas duas Casas para garantir às mulheres uma cota de, no mínimo, 30% das cadeiras no Legislativo e de 30% dos recursos do Fundo Partidário.

Além disso, as parlamentares devem entregar aos presidentes Renan Calheiros (Senado) e Eduardo Cunha (Câmara) um manifesto favorável à participação feminina no Legislativo. A entrega deve acontecer em 18 de março, às 14h, durante debate sobre a reforma política sob a ótica de gênero na Câmara.

O lançamento da campanha foi definido para o dia 26 de março, em ato de mobilização em São Paulo, com a participação de deputadas estaduais, vereadoras e representantes da sociedade civil. A ideia é começar a mobilização na capital paulista e espalhar as manifestações para várias cidades do país.

Durante a reunião, as parlamentares discutiram vários pontos da reforma política, mas chegaram à conclusão de que não há consenso sobre todas as



Bancada feminina: consenso em relação à necessidade de garantir maior participação das mulheres no Parlamento

questões. Por isso, decidiram que deveria haver pelo menos unanimidade sobre a garantia da participação das mulheres no Parlamento.

Para Marta Suplicy (PT-SP), a tendência de o Congresso Nacional aprovar a adoção do chamado distritão — eleição majoritária para deputados federais, estaduais e vereadores — prejudicaria muito as mulheres. Por esse modelo, são eleitos os candidatos mais votados, enquanto no sistema em vigor a quantidade de cadeiras é proporcional à votação de cada legenda.

— Se for o distritão, nós vamos ser “tratoradas” — disse a senadora.

Simone Tebet (PMDB-MS) atribuiu a falta de consenso

sobre os pontos da reforma política às diferenças partidárias, mas reiterou que a bancada feminina deve concentrar esforços na maior participação da mulher na política.

— Acima de tudo, temos que manter a nossa legitimidade aqui no Congresso Nacional — afirmou a senadora.

Cota de financiamento

Segundo Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a defesa da cota feminina e de um percentual de financiamento das campanhas assegurado às mulheres deve ser o grande foco da mobilização.

— Cada qual tem o seu partido, a sua ideologia, mas chegamos a um consenso, que é a luta pela defesa de vagas,

não mais vagas para candidatura, mas de cadeiras, que devem se iniciar com 30% e, de forma escalonada, com um acréscimo de 5% a cada ano, até chegar a 50%. E, também, ao lado dessa prioridade, elegemos outra que são os recursos para as mulheres. Ou seja, que 30% dos recursos partidários, depois de mantidas e efetivadas todas as despesas permanentes dos partidos, sejam exclusivamente para as mulheres — explicou a senadora.

Vanessa também acredita que, apesar de em todo ano pós-eleitoral se discutir a necessidade de uma reforma política, este ano ela deve realmente ser iniciada, com a aprovação de projetos.

— Este ano as coisas serão diferentes, porque tudo indica que não apenas haverá o debate, mas a tomada de decisões também, até por força da pressão popular. A gente não pode assistir a tudo aquilo que estamos assistindo e não fazer nada, não promover nenhuma reforma — disse.

Vanessa lembrou que, em 2015, completam-se 20 anos da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim (China), evento que, como ressaltou, favoreceu a aprovação da atual lei de cotas de candidaturas para as mulheres no Brasil.

— Nós vamos à luta em Brasília e vamos à luta no Brasil. Hoje, nós temos uma lei de cotas de candidaturas e a gente teve essa conquista não porque ela caiu do céu, mas porque houve uma mobilização. A gente vai fazer um movimento nos mesmos moldes, procurar envolver a sociedade civil organizada, o movimento de mulheres, parlamentares de todos os níveis, não só as federais, mas as estaduais e municipais — informou a senadora.

Também participaram da reunião as senadoras Maria do Carmo Alves (DEM-SE) e Sandra Braga (PMDB-AM), além de várias deputadas federais, como Benedita da Silva (PT-RJ), Moema Gramacho (PT-BA), Gorete Pereira (PR-CE) e Flávia Moraes (PDT-GO).

PEC de Serra extingue as Mesas do Senado e da Câmara

José Serra (PSDB-SP) formalizou nesta semana a proposta dele que extingue as Mesas do Senado e da Câmara. A ideia havia sido anunciada no início do mês, à época da eleição da atual Mesa do Senado, recebendo até elogios do presidente Renan Calheiros. A PEC 12/2015 será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Extintas as Mesas, a direção das Casas ficaria restrita ao presidente e a um vice-presidente, eleitos para mandatos de dois anos. A Presidência do Congresso Nacional, por sua vez, continuará sendo exercida pelo presidente do Senado.

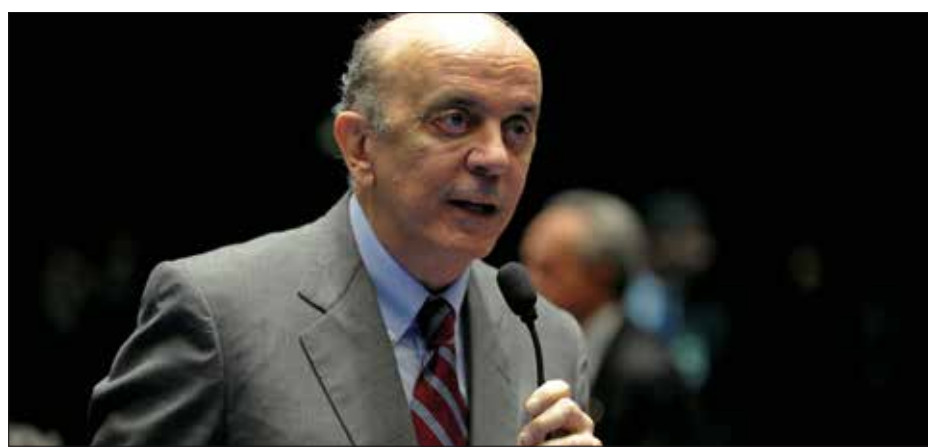
As funções de natureza político-parlamentar que hoje as Mesas exercem ficariam a cargo do presidente de cada Casa ou de uma comissão que deverá ser definida pelo regimento interno respectivo.

Sem as Mesas, explica Serra, as funções administrativas hoje exercidas por parlamentares passarão a ser executadas por servidores dos quadros efetivos das Casas. A seu ver, além de tornar a gestão mais racional, haverá redução de gastos com o enxugamento das estruturas de apoio que hoje dão suporte a essas atividades.

Para o senador, a presença de parla-

mentares com funções administrativas rotineiras, como tem ocorrido, “não é positiva para ninguém”. Em sua opinião, esse tipo de atividade desvia a atenção e o esforço dos parlamentares dos temas de responsabilidade do Legislativo, que compreendem as tarefas de legislar e fiscalizar o Executivo.

Ainda de acordo com Serra, a disputa pelos cargos da Mesa também acaba sendo “foco de conflito” entre os parlamentares e partidos políticos. Para ele, isso retira “energias que devem ser dedicadas ao debate político”.



Para Serra, eleição da Mesa cria desgastes políticos desnecessários e desvia foco do trabalho

Regimentos definem cargos e áreas de atuação

Ao tratar da organização do Congresso e suas Casas, assim como de suas competências, a Constituição faz referência às Mesas em diferentes dispositivos. Contudo, a composição e detalhamento das atribuições desses órgãos são definidos no regimento interno de cada Casa — ou no Regimento Comum, em se tratando do Congresso.

No caso do Senado, o Regimento Interno estabelece que a Mesa seja composta pelo presidente, dois

vice-presidentes e quatro secretários (esses, com suplentes). Além das atribuições colegiadas já previstas na Constituição, os ocupantes das secretarias podem ser designados relatores de diferentes matérias, como os requerimentos de informação a ministros de Estado e projetos de resolução que modifiquem o próprio regimento.

Os titulares da Segunda, Terceira e Quarta Secretarias têm ainda a atribuição específica de decidir sobre os

requerimentos de tramitação em conjunto ou de desapensamento de proposições que sejam de competência da Mesa.

Atos da própria Mesa atribuem ainda aos secretários diferentes funções administrativas. A Primeira-Secretaria, por exemplo, é responsável pelos serviços administrativos da Casa. Já ao segundo-secretário compete controlar o fornecimento de requisições de passagens de transporte aéreo aos senadores.